

A ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA OS SURDOS USUÁRIOS DA LÍNGUA DE SINAIS

ACCESSIBILITY IN DISTANCE EDUCATION FOR DEAF USERS OF THE SIGN LANGUAGE

Marcelo Rodrigues¹
Daniel Mill²

Resumo:

Este artigo possui como objetivo apresentar brevemente os marcos mais importantes na educação de surdos no Brasil abrangendo a partir de meados do período imperial aos dias contemporâneos. O texto destaca a influência da EaD enquanto caminhos ao ensino superior para as pessoas surdas ampliando a esses sujeitos o acesso à educação, enfatizando as leis e decretos que regularizam a inclusão do surdo e da Língua de Sinais nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem. A pesquisa parte de uma discussão teórica e de revisão de literatura especializada no assunto a partir de periódicos acadêmicos sobre a temática. Portanto esse trabalho propôs, ainda, analisar os desafios e barreiras para promover a inclusão do estudante surdo na EaD, principalmente no que tange às especificidades linguísticas e estruturais da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa na sua modalidade escrita, além de garantir aos alunos surdos a acessibilidade comunicativa.

Palavras-chave: Surdez. Acessibilidade. Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Abstract:

This article aims to present briefly the most important milestones in the education of the deaf in Brazil covering from the middle of the imperial period to contemporary days. The text highlights the influence of EaD as a way to higher education for deaf people by extending to these subjects access to education, emphasizing the laws and decrees that regulate the inclusion of the deaf and the Sign Language in Virtual Learning Environments. The research starts from a theoretical discussion and literature review specialized in the subject from academic journals on the subject. Therefore, this work also proposed to analyze the challenges and barriers to promote the inclusion of the deaf student in the EaD, especially with regard to the linguistic and structural specificities of Sign Language and Portuguese Language in its written modality, besides guaranteeing the deaf students the communicative accessibility.

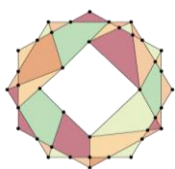
Keywords: Deafness. Accessibility. Distance Education. Virtual Learning Environments.

1. Introdução

A Educação a Distância (EaD) possui uma história que perpassa mais de um século, e a cada geração que essa modalidade vivencia são acrescentadas novas ferramentas aprimorando as metodologias e estratégias de ensino. No que se refere ao ensino

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: marcelo_tb2011@hotmail.com.

² Doutor em Educação pela UFMG, professor da UFSCar, membro do Grupo Horizonte. E-mail: mill@ufscar.br.



superior, a EaD possibilitou a muitos indivíduos o acesso a educação, através dos mais variados recursos, como os fóruns interativos de discussões, os glossários, o correio-eletrônico, as webconferências, entre outros recursos, sendo estes, dispostos nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs).

Essa revolução no âmbito educacional, permeadas pelas novas ferramentas que envolvem as tecnologias e modelos interativos de aprendizagem, tornou-se um fator positivo para a inclusão educacional, pois o acesso da pessoa com necessidades especiais na EaD acontece de maneira favorável, no sentido de que, esses indivíduos não dependem de adaptações em espaços físicos para estudar, pois a Educação a Distância proporciona a quebra as barreiras espaciais, promove a flexibilidade do tempo, permitindo ao estudante estabelecer um planejamento, uma rotina de estudos sem a necessidade de deslocamento, podendo assim adquirir o conhecimento no conforto de sua residência, por meio de materiais que são disponibilizados no AVA de maneira instantânea.

Partindo dessas reflexões, o presente artigo propôs analisar como ocorre o ensino aprendizagem na EaD para os sujeitos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), demonstrando assim o processo de inclusão desses indivíduos nessa modalidade de ensino. Além de fornecer ao leitor a possibilidade de compreender as singularidades da inclusão de pessoas surdas na Educação a Distância, apontando para os desafios e adaptações realizadas para receber esses sujeitos.

No decorrer desse trabalho será apresentado de forma breve o histórico pela qual a educação de surdos passou no Brasil nos últimos dois séculos, abordando questões referentes ao histórico dessas pessoas na educação institucionalizada e, também, na modalidade de Educação a Distância.

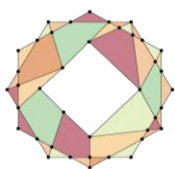
Outro aspecto contemplado na pesquisa está relacionado aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem e as ferramentas de acessibilidade oferecidas pelo AVA na inclusão de estudantes surdos. Também foram levantadas reflexões acerca das metodologias adequadas no ensino aprendizagem da pessoa com surdez na modalidade EaD, tendo em vista os desafios e as possibilidades inerentes ao modelo de inclusão.

2. Breve histórico da educação de surdos no Brasil

De acordo com Mori e Sander (2015), a educação de surdos no Brasil, tem seu histórico no período imperial, por volta de 1857, sendo que anterior a esse momento, os sujeitos inaudíveis eram segregados, postos a margem da sociedade. De acordo com a pesquisadora surda Karin Strobel, os sujeitos surdos sempre tiveram suas singularidades desrespeitadas em diversos períodos históricos.

A presença do povo surdo é tão antiga quanto à humanidade. Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos (STROBEL, 2008, p. 42).

No Brasil, a realidade desses indivíduos começou a ser transformada a partir da fundação do Instituto Imperial de Surdos-Mudos, que proporcionou uma educação voltada para os surdos de maneira a incluí-los no meio social, o Instituto promoveu um grande avanço no que diz respeito à integração das pessoas com surdez na sociedade.



No sentido de que, o processo de ensino aprendizagem dos sujeitos surdos direcionou-se à ampliação dos saberes acadêmicos e na possibilidade de contato desses indivíduos com seus pares num ambiente propício ao desenvolvimento da Língua de Sinais. De acordo com Goldfeld (2002, p. 42) “o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez”.

Para Goldfeld (2002), o indivíduo surdo não necessita tornar-se uma analogia do ouvinte para ser integrado no meio social, mas precisa estar inserido num ambiente que promova a comunicação entre ambos, esse contato pode ocorrer por meio de diversas maneiras, uma delas é pela prática do bilinguismo, que segundo a autora:

[...] tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngüe, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país (GOLDFELD, 2002, p. 42).

O bilinguismo é uma filosofia que tem como pressuposto que o sujeito surdo em fase escolar necessita aprender simultaneamente a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa na modalidade escrita, desde que, sejam oferecidas condições adequadas para a aquisição das duas línguas.

Portanto, é a partir de um ambiente adequado e de uma educação bilíngue que se torna acessível a promoção do surdo no meio social. Para Goldfeld (2002, p. 165) “a educação baseada no bilinguismo parte do diálogo, da conversação, como ocorre com crianças ouvintes, possibilitando a internalização da linguagem e o desenvolvimento das funções mentais superiores”.

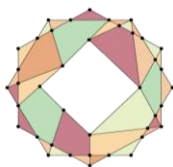
A viabilização do contato entre ouvintes e surdos amplia as possibilidades de comunicação, permitindo o desenvolvimento integral do indivíduo surdo, pois os estímulos à comunicação entre esses e os demais setores da sociedade faz com que se efetive a integração das pessoas com surdez na sociedade.

No Brasil a promoção do sujeito surdo no meio social, tem seu início com o professor francês Ernest Huet, que nasceu em 1822 e aos 12 anos ficou surdo. Huet migrou para o Brasil com o propósito de escolarizar as crianças surdas brasileiras.

Apoiado por D. Pedro II, o professor Ernest Huet fundou, no dia 26 de Setembro de 1857, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Segundo Rocha (2010, p. 33), o “INES foi fundado há 152 anos e a presença de narrativas ligadas à memória faz parte da cultura institucional. A marca de sua longa história é muito forte na instituição”. Neste sentido, o INES foi a primeira instituição no Brasil a divulgar e aplicar a Língua de Sinais na metodologia de ensino, tornando-se referência na educação desse público no país.

O Instituto Imperial de Surdos-Mudos foi um investimento realizado por Dom Pedro II, pois segundo Mori e Sander (2015), o imperador se interessou pela educação dos surdos “devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu), marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, ser parcialmente surdo” (2015, p. 9).

A educação de surdos no Brasil, por ter sido introduzida por um francês, inicialmente utilizava-se da metodologia francesa de ensino, Mori e Sander (2015), corroboram que no Instituto “usavam a língua de sinais francesa, trazida por Huet, e misturavam com a existente no país. Esta mistura originou mais tarde a Língua Brasileira de Sinais - Libras, que usamos hoje” (2015, p. 10). Portanto, estão presentes na Língua Brasileira de Sinais traços culturais da Língua de Sinais Francesa, a qual a Libras é oriunda.



As pessoas com surdez apresentam um histórico de marginalização e dominação por parte dos ouvintes, mas, graças às lutas dos movimentos surdos, a Língua de Sinais tornou-se um meio de empoderamento da comunidade surda. Para Perlin e Strobel:

A proibição da língua de sinais [...] sempre esteve viva nas mentes dos povos surdos até hoje, no entanto, agora o desafio para o povo surdo é construir uma nova história cultural, com o reconhecimento e o respeito das diferenças, valorização de sua língua, a emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão ouvintistas e seu livre desenvolvimento espontâneo de identidade cultural! (PERLIN; STROBEL, 2008, p. 8).

O oralismo ou método oral, que consiste em ensinar a língua oral para os surdos, teve grande influência na educação de surdos, porém as pessoas com surdez, dentro de suas comunidades buscaram outros meios de comunicação além da oralidade.

A educação de surdos no mundo ficou submetida por cem anos aos modelos oralistas, mas especialistas da área da surdez apontam que esses modelos de ensino eram frágeis e não proporcionavam aos surdos os conhecimentos escolares. Então, no ano de 1971, houve o Congresso Mundial de Surdos, em Paris, possibilitando novamente a valorização da Língua de Sinais.

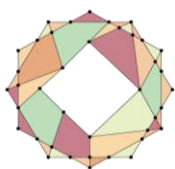
Durante o período em que o método oral era o único modelo de ensino aprendizagem para os surdos, foram organizadas outras maneiras de comunicação que simulavam a modalidade oral, mas incluíam-se os gestos. De acordo com Mori e Sander (2015), a partir dos anos de 1980:

[...] renasce no Brasil o uso dos sinais, mais precisamente a filosofia educacional chamada de Comunicação Total. Essa filosofia se originou nos Estados Unidos, na tentativa de melhorar a educação dos surdos. Essa filosofia contempla toda forma de comunicação possível, ou seja, a fala, os sinais, o teatro, a dança, mímica, etc. As escolas especiais iniciaram lentamente o uso de sinais, já que elas estavam enraizadas no oralismo. Aos surdos se deu voz e os professores ouvintes aprenderam os sinais com seus próprios alunos. Um clamor se levantou na educação especial para a abertura de novos caminhos, caminhos estes mais democráticos, mais naturais com o uso dos sinais (MORI; SANDER, 2015, p. 10).

De acordo com os autores, os avanços na educação de surdos foram essenciais para torná-los sujeitos atuantes no meio social, se anteriormente eram segregados e seus futuros estavam destinados aos asilos, a partir da Comunicação Total conquistaram direitos de uma educação em sua língua natural, ou seja, na Língua de Sinais.

Esse fator tornou-se um aspecto favorável no trabalho pedagógico, pois o modelo oralista, acarretava uma série de limitações que tornavam o ensino aprendizagem mecânico sem teor significativo para o sujeito surdo, já que o mesmo adquire o conhecimento por meio das vivências, das experiências visuais. A partir da Língua de Sinais os surdos encontram a possibilidade de construir seu espaço, apoiando-se em sua historicidade, compartilhada socialmente no interior da cultura surda.

Como já mencionado anteriormente, a Língua Brasileira de Sinais tem sua origem na Língua de Sinais Francesa, introduzida no Brasil pelo professor surdo H Ernest Huet. Embora seu início date-se por volta de 1857, com a fundação do INES, a Libras obteve visibilidade somente a partir de 1960, devido ao crescente número de diagnósticos de pessoas com surdez.



Com a popularidade sobre os sujeitos inaudíveis, houve um notável crescimento no número de ouvintes interessados em aprender a Língua de Sinais. Contudo, estando em voga durante certo período, a Língua Brasileira de Sinais ainda era marginalizada como um meio comunicativo simplista constituído de gestos e mímicas, essa visão distorcida era reproduzida pelos leigos que não possuíam o conhecimento sobre a Libras e não a consideravam como língua.

Para comprovar o valor linguístico da Libras, foi necessário a criação da Lei Federal nº 10.436 no dia 24 de Abril de 2002, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A sanção dessa lei foi um marco para os movimentos da comunidade surda brasileira, pois reconhece a Libras como primeira língua dos surdos do Brasil. Segundo a referida lei:

Parágrafo Único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

A sanção da lei foi fundamental para a valorização e reconhecimento da língua e da cultura surda, pois a institucionalização da Língua Brasileira de Sinais possibilitou a inclusão social dos surdos e da Libras em vários âmbitos públicos, incentivando, assim, os ouvintes a estabelecerem o contato com os sujeitos inaudíveis, promovendo a visibilidade da Língua de Sinais. Para Brito (1995), a Libras é:

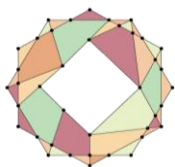
[...] uma língua natural com toda a complexidade que os sistemas linguísticos que servem comunicação e de suporte de pensamento às pessoas dotadas da faculdade de linguagem possuem. É uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros da mesma forma que o Português, o Inglês, o Francês, etc. Surgiram ou se derivaram de outras línguas para servir aos propósitos linguísticos daqueles que as usam (BRITO, 1995, p. 11).

Portanto, a Libras como as demais línguas de sinais são produzidas dentro das comunidades surdas de cada país, dessa forma, não são universais. Quadros (2006), afirma que cada país apresenta sua respectiva Língua de Sinais, ou seja, existe a Língua de Sinais Americana (ASL) que é diferente da Língua de Sinais Francesa (LSF), que por sua vez difere da Língua de Sinais Italiana (LIS), assim por diante. Em concordância com Quadros (2006), Felipe (1990) corrobora que:

Como toda língua, as línguas de sinais aumentam seus vocabulários com novos sinais introduzidos pelas comunidades surdas em resposta a mudanças culturais e tecnológicas. As línguas de sinais não são universais, cada língua tem sua própria estrutura gramatical. Assim como as pessoas ouvintes em países diferentes falam diferentes línguas, também as pessoas surdas por toda parte do mundo, que estão inseridos em “culturas surdas”, possuem suas próprias línguas (FELIPE, 1990, p. 81).

Como a Libras possui suas particularidades linguísticas, então seria errôneo afirmar que ela é uma alusão da Língua Portuguesa, pois sua estrutura é formada a partir de elementos visuais, tornando-a independente das línguas orais.

O aprendizado da Libras é uma maneira de suscitar o contato entre os ouvintes e os surdos pertencentes da comunidade surda. Como qualquer outro idioma, o aprendizado da Língua de Sinais requer responsabilidade e dedicação do aprendiz, pois:



A Libras não pode ser estudada tendo como base a Língua Portuguesa, porque ela tem gramática diferenciada, independente da língua oral. A ordem dos sinais na construção de um enunciado obedece a regras próprias que refletem a forma de o surdo processar suas ideias, com base em sua percepção visual espacial da realidade (BRITO, 1995, p. 21).

Partindo desse pressuposto, vale ressaltar que, aquisição da Libras pelo ouvinte aprendiz, não deve ser baseada nas regras gramaticais da Língua Portuguesa, pois a produção dos sinais da língua visual não se originam da língua oral, ambas possuem suas particularidades e são distintas no que se refere a estruturação linguística. De acordo com Brito (1995), a Libras é dotada de uma gramática própria constituída de mecanismos pragmáticos, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.

Na Libras os sinais são constituídos a partir da combinação de cinco parâmetros, ou seja, da configuração das mãos, da expressão facial e/ou corporal, do movimento, da orientação e do ponto de articulação, fundamentado nesses princípios básicos dá-se a formação da Língua Brasileira de Sinais.

Assim como as palavras na Língua Portuguesa, os sinais na Libras também passam por variações linguísticas resultado da influência social e histórica de cada região, de acordo com Brito (1995), a Língua Brasileira de Sinais possui expressões que diferem de região para região linguisticamente, recebendo influências culturais de determinado lugar e de diferentes contextos manifestadas na interação no cotidiano, legitimando-a como língua.

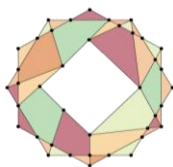
3. O Decreto nº 5.626/2005 e a acessibilidade na EaD

Outro marco importante para a comunidade surda brasileira foi à promulgação do Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e reconhece a Libras como língua oficial de comunicação dos surdos do Brasil. O Decreto nº 5.626/2005 explicita no seu Art. 13 que a Língua Portuguesa na modalidade escrita deverá constar como segunda língua para alunos surdos. Tal normatização é válida tanto para o ensino básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) quanto para o ensino superior, além disso, os professores do ensino básico, especialmente aqueles que lecionam para surdos necessitam dominar a Língua Portuguesa para um efetivo ensino desses estudantes.

Para que o acesso efetivo de pessoas surdas na EaD, ocorra de fato, faz-se necessário levar em consideração que o sujeito surdo possui como língua materna ou primeira língua (L1), a Língua de Sinais, portanto a Língua Portuguesa na modalidade escrita torna-se a segunda língua (L2).

Embora a regulamentação do Decreto nº 5.626/2005 propicie ao estudante surdo o direito de adquirir os conhecimentos da Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2, muitos especialistas na área da educação de surdos apontam que os jovens surdos ingressam ao ensino superior sem os saberes básicos da Língua Portuguesa, principalmente no que tange às especificidades linguísticas e estruturais da L2. Neste sentido, para minimizar essas dificuldades dos surdos e estimulá-los a conhecer a Língua Portuguesa, a EaD pode tornar-se facilitadora nesse processo por meio do AVA.

A utilização do AVA também estimula o uso da língua portuguesa escrita pelo aprendiz, visto que a maioria das atividades são de leitura e produção de textos,



utilizando recursos como fóruns de opiniões, diários virtuais, escrita coletiva de textos, realização de testes de múltiplas escolhas, vídeos legendados, entre outros. Por ser um recurso totalmente interativo, o AVA possibilita a aprendizagem coletiva dos aprendizes (PIRES, 2012, p. 10).

As informações apresentadas por Pires (2012) constataam que as barreiras enfrentadas pelos surdos no tocante a L2, tornam-se um desafio para esses sujeitos no meio acadêmico. Porém apesar dos obstáculos, as pessoas com surdez gradativamente estão sendo incluídas no ensino superior, principalmente na modalidade à distância.

A inclusão dos surdos nos bancos universitários tornou-se uma realidade graças à promulgação do Decreto nº 5.626/2005 que assegurou os direitos dos indivíduos inaudíveis em todas as demandas, conferindo a esses sujeitos o direito a educação em todos os níveis com a presença do intérprete de Libras como mediador da comunicação, independentemente da modalidade educacional escolhida pelo surdo.

Visto que, o acesso das pessoas com surdez no ensino superior tornou-se crescente nas últimas décadas, a EaD converte-se numa “opção vantajosa de acesso dos surdos a cursos e lhes é assegurado por meio da legislação o direito de receber instrução em sua primeira língua e de ter acesso a todos ambientes educacionais, inclusive virtuais” (LIMA *et al.*, 2015, p. 7). Compartilhando do pensamento de Lima *et al.* (2015), compreende-se que inclusão efetivara-se a partir do momento que a Instituição de Ensino Superior (IES) oferecer condições para que os alunos surdos possam qualificar-se profissionalmente com autonomia.

Para que o sucesso e a autonomia do estudante surdo na EaD aconteça de fato é indispensável as adequações, possibilitando a acessibilidade e o desenvolvimento pleno de suas competências acadêmicas. Aos discentes inaudíveis pertencentes à modalidade EaD, deve ser ofertado:

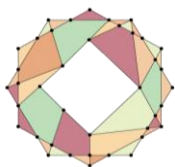
[...] um tratamento diferenciado a esses alunos, como, por exemplo, na elaboração de material com conteúdos pedagógicos em formato de vídeos em Libras e na publicação de manuais, guias e outros materiais didáticos para internet com o uso tanto do português escrito quanto da Libras (LIMA *et al.*, 2015, p. 6).

Como corrobora Pires, as condições para a promoção das pessoas com surdez na EaD depende da gestão institucional das IES, pois é responsabilidade desses gestores identificar e possibilitar o atendimento dos surdos nos AVAs, as adequações devem partir das instituições de ensino que ofertam essa modalidade de ensino.

O ingresso da pessoa surda no ensino superior na modalidade EaD, demanda um cuidado específico por parte das IES, pois as leis que amparam esses indivíduos preveem a inclusão social deles em todas as esferas da sociedade, e é certo que, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem possuem ferramentas excelentes que podem proporcionar um atendimento adequado e direcionado às necessidades das pessoas com surdez.

4. Ambientes virtuais de aprendizagem e a acessibilidade para surdos

As IES que ofertam cursos na modalidade EaD, sejam esses cursos de graduação, pós-graduação, extensão e outros, utilizam-se de plataformas digitais para disponibilizar



os materiais aos cursistas. Essas plataformas são chamadas de Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Na Educação a Distância a mediação do conhecimento e o acesso às informações ocorre por meio dos AVAs, nesses ambientes, segundo Soares (2014), há um conjunto de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), com uma ampla gama de recursos de linguagem e interfaces que facilitam o ensino e a interação do discente com os professores e com outros alunos.

Para que o processo de ensino aprendizagem na EaD ocorra de maneira proveitosa, faz-se necessário que o discente dedique-se aos estudos, pois dependerá de seu empenho a aquisição do conhecimento, mas isso não significa que o estudante dessa modalidade está solitário no processo de construção de seu conhecimento, ao contrário, nos AVAs há uma dinâmica diferente das salas de aula de cursos presenciais.

Nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem são dispostas várias estratégias pedagógicas, que levam o aluno a realizar atividades que automaticamente promovam a interação entre os participantes do curso, por meio de fóruns, chats e outros recursos mediados pelas tecnologias.

Outro aspecto importante da EaD, está relacionado ao retorno do professor, ou seja, o oferecimento de feedbacks. Barros e Carvalho (2011) afirmam que “o feedback é fundamental para que os alunos possam avaliar se estão atingindo os objetivos estabelecidos para o curso” (2011, p. 215). Dessa maneira, os estudantes tornam-se autores de sua aprendizagem, tendo como norte a mediação de professores.

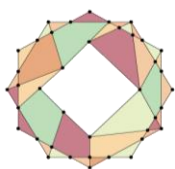
Portanto, essa comunicação que ocorre entre o aluno, professores e colegas através do Ambiente Virtual de Aprendizagem possibilita o acesso ao saber de maneira concreta, pois, além de ser uma sala virtual, Soares (2014) corrobora que o AVA é um espaço onde há a possibilidade de pessoas interagirem com o conhecimento estruturado ressignificando e fundamentando sua aprendizagem. Ainda Soares (2014) argumenta que:

Um ambiente virtual de aprendizagem pode ser compreendido como um espaço de interação em que os participantes interagem, por meio da leitura e escrita de textos, e se comunicam em busca de significados que propiciem processos construtivos de aprendizagem. A interação pode representar um processo complexo de trocas e significações, por meio do qual o sujeito modifica-se, constituindo uma nova realidade [...]. É através das interações que o sujeito desencadeia um processo interno de construção, possibilitando às pessoas compartilhar ideias e gerar novas interações (SOARES, 2014, p. 68).

A autora discorre sobre a importância da prática da leitura e escrita para que o estudante tenha sucesso na EaD, no sentido de que, nos espaços virtuais, a aprendizagem ocorre por meio desses dois canais, pois as vivências e as interações nesses ambientes são mediadas pela leitura e escrita dos participantes dessa modalidade.

A aquisição da Língua Portuguesa para os surdos quanto à apropriação da escrita é carregada de complexidade e inúmeras dificuldades, pois a estrutura linguística da Língua de Sinais difere totalmente da estrutura da Língua Portuguesa.

Os surdos criaram, desenvolveram e transmitiram, de geração em geração, uma língua, cuja modalidade de recepção e produção é viso-gestual. Muitos supõem que essa modalidade linguística nasceu porque a deficiência auditiva impede os surdos de acederem à oralidade. Assim, a língua de sinais deixa de ser vista como um processo e como um produto construído historicamente e socialmente pelas comunidades surdas (SKLIAR, 2005, p. 23).



De acordo com a citação de Skliar (2005), a Língua de Sinais é construída historicamente e faz parte da identidade cultural dos surdos. Dessa maneira, ressalta-se que como uma construção histórica, a Língua de Sinais não é uma reprodução da Língua Portuguesa, mas sim uma língua constituinte de uma estrutura gramatical própria.

Portanto, vale destacar, que as práticas de leitura e escrita tendo como base a estrutura formal da Língua Portuguesa nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem muitas vezes torna-se uma tarefa complexa para o estudante surdo, embora essa prática seja uma das formas mais utilizadas na modalidade EaD.

Uma maneira de tornar os AVAs acessíveis para os estudantes surdos usuários da Libras é oferecer textos imagéticos, já que os mesmos não possuem domínios das regras estruturais da L2. Para Fernandes (2003, p. 49), o uso de textos imagéticos no ensino aprendizagem de surdos, poderia representar uma estratégia para “[...] reverter práticas de exclusão, rejeição, preconceito e marginalização a que os surdos estiveram relegados, historicamente”.

Como argumenta Fernandes (2003), o povo surdo é pertencente a uma comunidade de usuários da L1, dessa maneira, compreendem a L2 como um idioma estrangeiro. Por isso, torna-se imprescindível realizar adequações curriculares para que as pessoas surdas tenham acesso à educação superior em todas as suas modalidades.

Fernandes (2003) sugere que as adaptações no que corresponde leitura e escrita para estudantes surdos, sejam similares àquelas empregadas no ensino de línguas estrangeiras para o ouvinte, privilegiando o aspecto visual, possibilitando aos surdos a aquisição do conhecimento em pares de igualdade com os ouvintes.

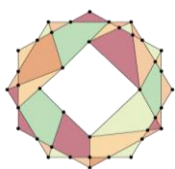
As considerações de Fernandes vêm ao encontro com os recursos disponibilizados nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, sendo que as ferramentas dispostas nos AVAs podem ser favoráveis à inclusão de estudantes com necessidades especiais.

No que concerne à acessibilidade nos AVAs, Soares (2014) demonstra que o uso de hipertextos torna-se oportuno no ensino para surdos, pois esse formato de texto contribui significativamente para aquisição do conhecimento, sendo que nessa técnica há a possibilidade de utilizar-se de imagens dentro do próprio hipertexto, propiciando aos alunos surdos a compreensão dos conteúdos por meio desses recursos visuais.

A utilização de recursos visuais no ensino para surdos decorre devido a Libras, como qualquer outra Língua de Sinais, realizar e produzir as informações linguísticas pelas mãos, ou seja, são línguas viso-espaciais, diferenciando da Língua Portuguesa que, como as demais línguas orais, são línguas orais-auditivas, usadas pelos ouvintes. Compreendendo esses conceitos, observa-se que a principal habilidade do sujeito surdo é a visão. Sendo assim, as línguas orais, tanto na modalidade oral, quanto na modalidade escrita tornam-se sistemas abstratos e, por isso, uma das maneiras de promover a acessibilidade para os surdos no processo de ensino aprendizagem pauta-se em estratégias visuais.

Soares (2014) propõe que os ambientes de aprendizagem acessíveis priorizam os aspectos característicos e singulares da Língua de Sinais, portanto faz-se necessário contemplar e inserir as adaptações no plano de trabalho do professor, e que este esteja disponível para todos. Sobre a importância da inserção da Língua de Sinais nos planos de ensino, a autora aponta que:

Existe, hoje, uma preocupação em respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística [...]. Com essa identificação sólida com a cultura surda é que os surdos construirão possibilidades comunicativas e interativas e,



consequentemente, terão a oportunidade de integrar-se à cultura ouvinte e dela participar de forma efetiva, sem estigmas, ou seja, como parte integrante e participativa da sociedade (SOARES, 2014, p. 71).

Em concordância com Soares (2014), no que se refere aos ambientes de aprendizagem, Barros e Carvalho (2011), discorrem que esses ambientes estão cada vez mais interativos, viabilizando aos estudantes surdos o acesso ao conhecimento por meio da relação mútua com os ouvintes. Sendo assim, a Educação a Distância propicia novos significados para os alunos surdos favorecendo a construção do conhecimento de maneira contínua, eliminando os conceitos empregados a EaD como uma modalidade solitária de ensino.

Na tentativa de desfazer os pré-conceitos referentes à questão da interatividade na EaD, algumas IES que ofertam essa modalidade, buscam constantemente atualizações e inovações de suas metodologias introduzindo novos recursos tecnológicos e novos meios de acessibilidade, avançando gradativamente na área da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, favorecendo a todos os integrantes do processo de ensino aprendizagem a participação efetiva dentro de tais plataformas.

Sousa (2010) corrobora que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, ou qualquer outra plataforma virtual que abrange uma variedade de públicos devem seguir normas e recomendações de políticas inclusivas, para garantir o acesso de pessoas com necessidades especiais às informações disponíveis nesses ambientes.

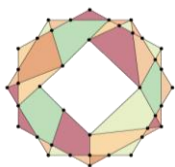
As IES que atuam com a EaD, necessitam compreender a particularidade de seu público, no sentido de que são sujeitos heterogênicos, geralmente chefes de família que possuem uma jornada exaustiva de trabalho e não encontram tempo para realizar um curso presencial, outros integrantes dessa modalidade são as pessoas com necessidades especiais, que optam pela EaD, por questões diversas. Para Lima *et al.*

Tem-se percebido que a EaD não apenas amplia oportunidades para indivíduos e grupos sociais confinados pelo espaço ou pela agenda social, isto é, pelos seus ritmos de vida e trabalho. Ela amplia o poder da educação, em geral, como fator de desenvolvimento (LIMA *et al.*, 2015, p. 7).

Portanto, além da flexibilidade, que é o fator principal da grande procura por essa modalidade, as IES necessitam investir também em adequações curriculares para receber os sujeitos com necessidades especiais, oportunizando a eles as mesmas chances que os demais indivíduos terão de adquirir o conhecimento, pois Santos (2003, p. 4) afirma que a inclusão refere-se “a todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres”.

O direito de uma educação inclusiva também deve ser oportunizado as pessoas com surdez, mesmo que esses sujeitos escolham pela EaD, para isso, faz-se necessário que as instituições de ensino apliquem tecnologias facilitadoras e metodologias diferenciadas de ensino nos AVAs.

Anteriormente à implementação de políticas de inclusão de pessoas com deficiências ao acesso à educação e ao meio social, os indivíduos com deficiências não possuíam direitos como cidadãos e tampouco direito ao ensino aprendizagem, eram sujeitos segregados, excluídos, abandonados em asilos e hospícios à mercê da própria sorte e de um futuro incerto.



Segundo Mantoan (2006), o ensino aprendizagem de estudantes com deficiências deve ser realizado a partir de instrumentos que facilitem a acessibilidade aos conteúdos de maneira plena. Segundo a autora as políticas inclusivas:

[...] visam induzir à inovação pedagógica [...], promovendo a adequação dos ambientes escolares, institucionalização de serviços e a disponibilização de recursos para a acessibilidade. Tudo isso assume significado quando entendemos as várias facetas da ruptura com o velho modelo de segregação e sentimo-nos revigorados com as mudanças trazidas pelo novo paradigma da inclusão (MANTOAN, 2006, p. 12).

Portanto, a inclusão ocorre a partir do momento que a sociedade valoriza a pessoa com deficiência como indivíduo com potencialidades, possibilitando aos mesmos o acesso às várias esferas da sociedade como a educação e o mercado de trabalho, além de tratamento igualitário, como sujeitos possuidores de direitos e deveres, como qualquer pessoa em relação aos diversos espaços sociais.

O tratamento hostil destinado às pessoas com deficiências, também era oferecido aos sujeitos surdos, tal contexto começou a ser modificado, graças à formulação de políticas inclusivas, que prevê o atendimento especializado para pessoas com deficiência no âmbito educacional.

No que tange à inclusão, Carvalho (2004), considera que não basta incluir é preciso integrar o aluno na classe para que a aprendizagem aconteça, uma vez que a integração deve andar junto com a inclusão um completando o outro. Essa integração deve ocorrer na Educação a Distância também, por meio de adaptações que respeite as especificidades de alunos com necessidades educativas especiais.

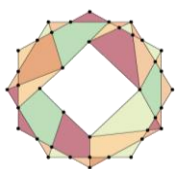
No que concerne à inclusão de pessoas surdas usuárias da Língua de Sinais na Educação a Distância, faz-se necessário à valorização da Língua Brasileira de Sinais, pois é a partir desse meio comunicativo que os indivíduos inaudíveis estabelecem a interação com os colegas de curso.

Desse modo, a presença do intérprete de Libras, torna-se indispensável para mediar à comunicação entre todos os envolvidos nessa modalidade de ensino, tanto nas plataformas virtuais, como nos encontros para a realização de atividades presenciais estabelecidas pelas IES.

Destarte, a organização das plataformas de ensino aprendizagem na EaD, necessitam considerar as necessidades comunicativas desses alunos, elaborando estratégias em função dessas necessidades.

As adaptações para receber os estudantes surdos na EaD não é uma tarefa complexa, são necessários que se façam pequenos ajustes. Sousa (2010) discorre que adequações como: textos curtos com pequenos parágrafos e de fácil compreensão, o uso de imagens, de animações, de recursos visuais incluindo a Língua de Sinais, são detalhes que fazem a grande diferença na aprendizagem dos surdos na EaD. Ainda com relação à apropriação do conhecimento pelo surdo:

Percebe-se que os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) permitem superar modelos tradicionais de aula, mudando o foco do ensinar para o aprender, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação entre os indivíduos. Assim, é necessário considerar os recursos disponíveis para [...] auxiliar diretamente o surdo em sua comunicação com as pessoas, bem como na escrita. Fundamentando-se nos princípios do construtivismo, que tem como premissa a ideia de que o indivíduo é agente ativo de seu próprio conhecimento, os AVAs devem poder ajudar também os surdos a elaborar,



compartilhar e expressar melhor o seu próprio pensamento (SOUSA, 2010, p. 49).

O entendimento de Sousa com relação às funções dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem no tocante à inclusão do estudante surdo na EaD, correlacionam-se com as afirmações de Soares e sua compreensão de que a educação dos surdos por meio do AVA “tem o potencial de favorecer atividades tanto em língua de sinais [...], como também atividades em língua portuguesa” (2014, p. 78).

Nesse contexto, as IES necessitam minimizar as dificuldades dos estudantes surdos promovendo adaptações nos conteúdos e materiais tendo a Língua de Sinais como base para ministrar as disciplinas que serão dispostas nos AVAs.

Outra adequação que pode ser realizada pelas IES que ofertam a EaD, no que concerne as webconferências ao vivo ou às aulas gravadas que serão dispostas no AVA é a incorporação de janelas com tradutores e intérprete de Libras, que possibilitará aos estudantes surdos compreenderem integralmente a aula ministrada pelo docente que está realizando a webconferência.

5. O AVA e as barreiras comunicacionais

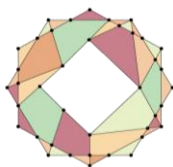
O direito a educação de qualidade é indispensável a qualquer indivíduo, dessa forma, as pessoas com necessidades especiais também são detentoras desse direito, a EaD é uma das modalidades que inclui indivíduos com as mais diversas especificidades, o acesso a educação por meio dessa modalidade é ampla, pois na EaD, os estudantes não necessitam estar nos espaços físicos das IES, facilitando assim o acesso a educação aos sujeitos com necessidades especiais.

Outro aspecto que trouxe mudanças no ensino superior foi a “oferta” de condições de acessibilidade para todos, independentemente de sua necessidade especial de educação; no caso dos surdos, a necessidade de oferecimento de intérprete de Libras em sala de aula e acessibilidade em todos os setores da vida acadêmica (PIRES, 2012, p. 6).

Os surdos estão inseridos na parcela de estudantes com necessidades especiais que ingressam na EaD, apesar de dispensar as adequações no que concerne aos espaços físicos, pois sua deficiência relaciona-se com a audição, não comprometendo sua locomoção. Embora, não necessitem de adequações em espaços físicos, aos indivíduos surdos é indispensável o atendimento especializado em Libras, pois a maior dificuldade encontrada por eles na EaD estão relacionadas à comunicação com os ouvintes, essas barreiras linguísticas tornam a inclusão de pessoas inaudíveis no ensino superior um processo complexo.

Entretanto, ressalta-se que o surdo possui capacidade de ingressar e realizar um curso superior de maneira plena, seja presencial ou a distância, no que concerne a EaD, esse sujeito irá necessitar de adaptações nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem para que adquira o conhecimento na sua totalidade.

Pires (2012) aponta que nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem há algumas potencialidades que podem ser exploradas para superar os desafios comunicacionais do estudante inaudível, embora as diferenças gramaticais entre a L1 e L2 acarretem em



implicações no domínio da língua escrita, no AVA são viabilizados processos de aprendizagem que direcionam os alunos a interatividade.

A aprendizagem da pessoa inaudível nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, quanto aos conteúdos disciplinares pode ser facilitada pela interação entre os integrantes do curso, no que corresponde à interatividade no AVA, como meio de construir o conhecimento, Pires afirma que:

Por ser um recurso totalmente interativo, o AVA possibilita a aprendizagem coletiva dos aprendizes, principalmente nos fóruns de opiniões e na ferramenta Wiki, que oportuniza a escrita e reescrita coletiva de textos. A importância de práticas de aprendizagem coletiva [...] para surdos geram estratégias facilitadoras de aprendizagem (PIRES, 2012, p. 10).

De acordo com Pires a acessibilidade na Educação a Distância no que se refere aos AVAs, abrangem recursos que podem ser utilizados com todos os alunos, não especificamente com os discentes surdos, dessa forma, oportunizando múltiplas possibilidades de adquirir o conhecimento a todos os integrantes.

6. Considerações finais

Essa pesquisa foi produzida com base em referenciais bibliográficos objetivando descrever as possibilidades de promoção da acessibilidade na Educação a Distância para os surdos usuários da Língua de Sinais.

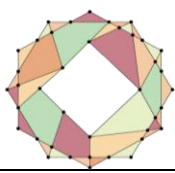
No decorrer do artigo foram abordados reflexões acerca da educação dos surdos no Brasil, desde o período imperial e a aceitação da Libras como meio de comunicação das pessoas pertencentes a comunidade de surdos brasileiros, respeitando suas singularidades e necessidades.

A promulgação de leis e decretos foi fundamental para a promoção de uma educação de qualidade, tendo em vista o atendimento especializado para os surdos em todos os níveis e modalidades de ensino, dessa forma, as IES tiveram que adequar-se para receber os estudantes com necessidades especiais em seus cursos, sejam eles, presenciais ou EaD, proporcionando condições de acessibilidade para que o surdo conquistasse sucesso no meio acadêmico.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem configuram-se como ferramentas potencializadoras no ensino aprendizagem para acadêmicos surdos, pois facilitam o acesso ao conhecimento desses sujeitos, através da utilização de recursos tecnológicos que de acordo com Lima *et al.* (2015, p. 7), possibilitam a “tradução em Libras tanto nas páginas e nos conteúdos da Web, como também na organização pedagógica, visando à apropriação autônoma, criativa e à navegabilidade interativa”.

Vale destacar que além das potencialidades supracitadas existem alguns desafios, a serem superados como as barreiras linguísticas entre a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, principalmente no que tange a leitura e escrita dos acadêmicos inaudíveis, que vem sendo minimizadas, por meio da interação e construções coletivas de conhecimentos entre todos os envolvidos na modalidade EaD.

Observou-se, também, a comunidade surda como um espaço de lutas e conquistas surdas, em que os indivíduos inaudíveis através suas diferenças galgaram seus espaços no meio social, com direito a educação superior de qualidade. Os surdos, mesmo que, espalhados geograficamente tornaram-se protagonistas da própria história, participando



da vida social, vivenciando e constituindo o conhecimento na relação com seu semelhante, resultando no respeito dos ouvintes pelas especificidades educacionais do sujeito enquanto surdo.

7. Referências

BARROS, Maria das Graças; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **As concepções de interatividade nos ambientes virtuais de aprendizagem**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2002.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Meditação, 2004.

FELIPE, Tanya Amara. **Políticas públicas para a inserção da Libras na educação dos surdos**. Rio de Janeiro: Espaço, 1990.

FERNANDES, Sueli. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. Tese (Doutorado) – UFPR. Curitiba, 2003.

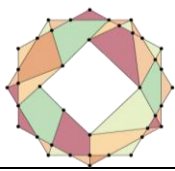
GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LIMA; Marisa Dias *et al.* **Um estudo sobre acessibilidade dos surdos na Educação a Distância**. In: IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação, Rio de Janeiro, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. In: XIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação. **Anais...** Maringá: UEM, p. 1-16, dez. 2015.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin Lilian. **Fundamentos da Educação dos Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2008.



PIRES, Vanessa Oliveira. **Proposta de inclusão linguística de surdos no ensino superior através da educação a distância.** Tese de Doutorado. PPG Linguística Aplicada. Universidade do Vale dos Sinos. Rio Grande do Sul, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. **Estudos Surdos I.** Petrópolis: RJ. Arara Azul, 2006.

ROCHA, Solange Maria da. **Memória e história:** a indagação de Esmeralda. 1. ed. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação Especial, Inclusão e Globalização: algumas reflexões. In: **Espaço**, v.7, Jan-Jun. 1997.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre, 2005.

SOARES, Claudia Vivien Carvalho de Oliveira. O ambiente virtual de aprendizagem como prática pedagógica no contexto da educação dos surdos. **Fólio: Revista de Letras**, v. 6, n. 1, p. 65-79 jan./jun. 2014.

SOUSA, Gilcifran Vieira de. **Ambiente computacional para auxiliar na aprendizagem do surdo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará. Fortaleza, 2010.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora UFSC, 2008.